



Universidades Lusíada

Freide, Reis

A nova política de defesa dos EUA sob o controlo de Donald Trump (e o novo paradigma da prestação de serviços de defesa)

<http://hdl.handle.net/11067/4442>

<https://doi.org/10.34628/xvnm-gt08>

Metadados

Data de Publicação

2018

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a nova política de defesa promovida por Donald Trump. Busca-se entender as mudanças que estão sendo promovidas pelo atual governo e como elas impactarão a relação que os Estados Unidos possuem com seus aliados, organizações internacionais e outros atores relevantes no atual contexto do Sistema Internacional....

This article aims to analyze the new Defense Policy promoted by Donald Trump. It seeks to understand the changes that are being promoted by the current government and how they will impact the relationship the United States has with its allies, international organizations and other relevant actors in the current context of the International System....

Palavras Chave

Estados Unidos - Política militar, Estados Unidos - Defesa, Estados Unidos - Política e governo - 2017-

Tipo

article

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-FCHS] LPIS, n. 16 (2018)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-23T14:23:09Z com informação proveniente do Repositório

**A NOVA POLÍTICA DE DEFESA DOS EUA
SOB O CONTROLO DE DONALD TRUMP
(E O NOVO PARADIGMA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEFESA)**

Reis Freide ¹

¹ Reis Friede é Desembargador Federal, Professor Emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e Professor Honoris Causa da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR).

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a nova Política de Defesa promovida por DONALD TRUMP. Busca-se entender as mudanças que estão sendo promovidas pelo atual governo e como elas impactarão a relação que os Estados Unidos possuem com seus aliados, organizações internacionais e outros atores relevantes no atual contexto do Sistema Internacional.

Palavras-chave: Estados Unidos da América, Donald Trump, Política de defesa dos Estados Unidos, OTAN, Sistema internacional.

Abstract: This article aims to analyze the new Defense Policy promoted by DONALD TRUMP. It seeks to understand the changes that are being promoted by the current government and how they will impact the relationship the United States has with its allies, international organizations and other relevant actors in the current context of the International System.

Keywords: United States of America, Donald Trump, United States defense policy, OTAN, International system.

Muito tem se questionado a respeito de como foi possível a vitória eleitoral de DONALD TRUMP sobre sua rival (e amplamente favorita candidata do Partido Democrata) HILLARY CLINTON.

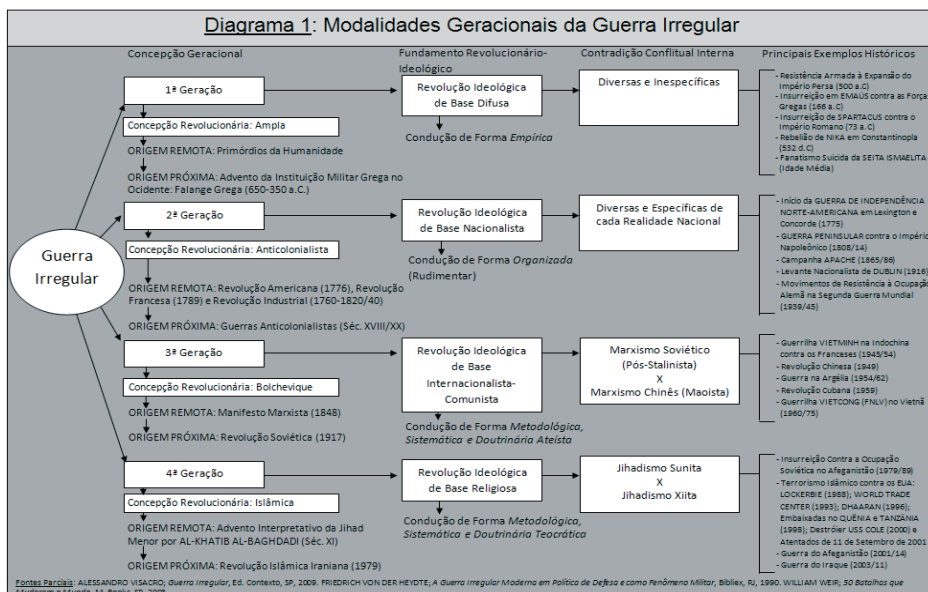
A primeira, e mais importante, explicação reside no fato de que, muito embora não devessem, a grande maioria dos jornalistas especializados na cobertura eleitoral norte-americana confundiram suas *preferências pessoais* com a *análise isenta* que estavam, por dever de ofício, obrigados a realizar, comprometendo o ofício jornalístico *imparcial* e *impessoal* dos fatos¹ e, mais do que isso, revelando as (muitas vezes) inconfessáveis diferenças entre as denominadas *opinião pública* e *opinião do público*.

A segunda, e não menos importante, explicação repousa no reconhecimento de que o *modelo de globalização*, resultante do pós-guerra, atingiu o seu completo *exaurimento*, assim como a sua correspondente política de defesa, conduzida pela potência estadunidense e ainda ancorada em arcaicos postulados da Guerra Fria, igualmente atingiu seu *esgotamento*, o que foi muito bem captado pela equipe de assessores de DONALD TRUMP.

Destarte, não há como deixar de reconhecer que um novo *paradigma* nas relações internacionais se impôs à revelia da visão míope e distorcida de BARACK OBAMA que, neste contexto analítico, sempre transpareceu, durante os oito anos de seu mandato presidencial, desejar ressuscitar (ainda que inconscientemente) os postulados fundamentais de um período já completamente ultrapassado (cf. REIS FRIEDE; Ressuscitar a Guerra Fria: “Yes We Can!”)³.

A verdade é que a *realidade da geopolítica global* se afirmou por si mesma, sepultando, em definitivo, antigas e ultrapassadas crenças sobre as quais a Administração OBAMA insistia em se apoiar, através de sua dissonante política externa, notadamente em suas (desastrosas) relações com os *russos* e os *chineses*.

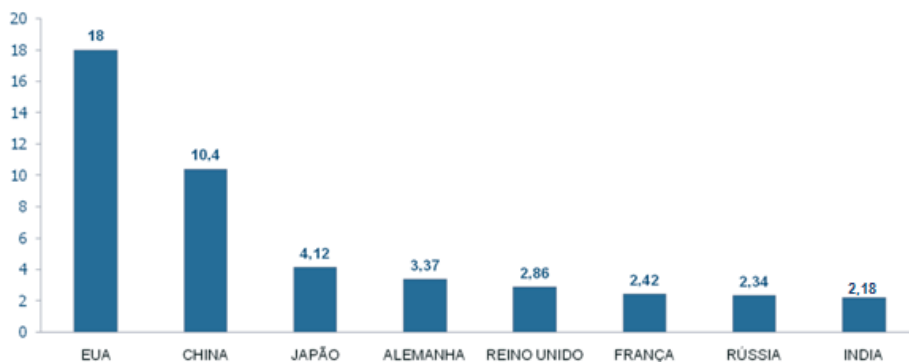
A própria arquitetura da OTAN, concebida nos primórdios da Guerra Fria e simplesmente relegada a uma simplória (e persistente) *continuidade temporal*, não contou com a necessária flexibilidade para se *reinventar*, mesmo após o colapso da União Soviética e o fim daquele marcante período histórico. Muito ao contrário, - e em absoluto descompasso com a dinâmica dos novos tempos -, a maior Aliança Militar do planeta continuou o seu equivocado processo de expansão sobre o leste do continente europeu, incorporando, inclusive e à revelia dos acordos informais que foram celebrados com antiga potência rival, os velhos adversários integrantes do Pacto de Varsóvia, ignorando, de forma, no mínimo, negligente e irresponsável, os novos *desafios transnacionais* (e, em certa medida, *transideológicos*), concebidos, em última análise, pelo *jihadismo islâmico radical*⁴ e materializados por intermédio das chamadas *guerras irregulares de quarta geração*, o que, a toda evidência, restou muito bem comprovado pelo relativo insucesso da OTAN na guerra do Afeganistão.



Nesse contexto, não há como deixar de reconhecer que uma nova política de defesa dos EUA, a ser concebida por uma inovadora administração (que se espera poder ser plenamente implementada pelo governo eleito de TRUMP), necessariamente revolucionará, por absoluta imposição dos fatos, as relações da *maior potência econômica e militar* do planeta com seus aliados, impondo aos mesmos (ainda que com algum atraso) a nova realidade inaugurada com o advento do século XXI, além de também passar a considerar, com renovado realismo, o novo desenho geopolítico mundial, levando em consideração a *ascensão* econômica e militar das novas potências emergentes (e seu correspondente “peso geopolítico”) vis-à-vis com o reconhecido *ocaso* das outrora potências tradicionais.

Diagrama 2: Produto Interno Bruto (PIB) das Principais Potências Econômicas em 2015

PIB (US\$ Trilhões)



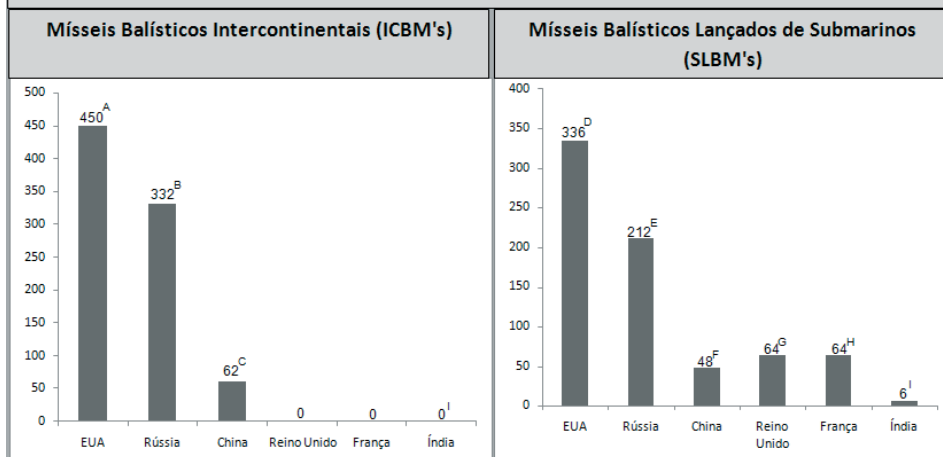
Notas:

- A. Valor inflado por distorções cambiais e baixa credibilidade dos órgãos governamentais chineses responsáveis pelas estatísticas. Ainda assim, há fontes que sugerem um PIB de US\$11,4 trilhões em 2015.
- B. Valor calculado de US\$1,86 trilhão em 2014 e US\$1,24 trilhão em 2015. Removidas as distorções cambiais, chega-se a um valor aproximado de US\$2,64 trilhões em 2014 e US\$2,34 trilhões em 2015.

Fonte: The Military Balance 2016, IISS, Londres.

Neste diapasão analítico, a principal novidade que se desenha no horizonte será tornar mais evidente a todos os principais atores globais e, em especial, aos aliados dos EUA o incontestado fato de que os mesmos dependem muito mais das diversas alianças militares e dos dispendiosos sistemas defensivos existentes do que vice-versa, na exata medida em que a concepção *ortodoxa* de *deterrença estratégica* estadunidense encontra-se muito bem consolidada (independentemente de seu vasto arsenal nuclear de alcance global) através de seu extraordinário *poderio convencional* de alta tecnologia, - seja na modalidade *contensiva* (de guerra *preventiva* ou *reativa*), ou em sua forma *dissuasiva* -, conforme efetivamente se comprovou durante a Primeira Guerra do Golfo em 1991.

Diagrama 3: Forças Estratégicas de Mísseis (2015)



Fonte: *The Military Balance 2016*; International Institute for Strategic Studies - IISS, Routledge, Londres, ps.22/23.

Notas:

A. 450 LGM-30G Minuteman III (MIRV)

B. 54 SS-18 Satan (RS-20) + 108 SS-25 Sickle (RS-12M) + 30 SS-19 Stiletto (RS-18) + 78 SS-27M1 Topol-M (RS-12M2) + 62 SS-27M2 Yars (RS-24).

C. 10 CSS-3 (DF-4) + 20 CSS-4M2 (DF-5A) + 8 CSS-10M1 (DF-31) + 24 CSS-10M2 (DF-31A).

D. 336 UGM-133A Trident II D5 (MARV).

E. 48 SS-N-18 Stingray (RSM-50) + 96 SS-N-23 Skiff (R-29RMV) + 68 SS-N-32 Bulava.

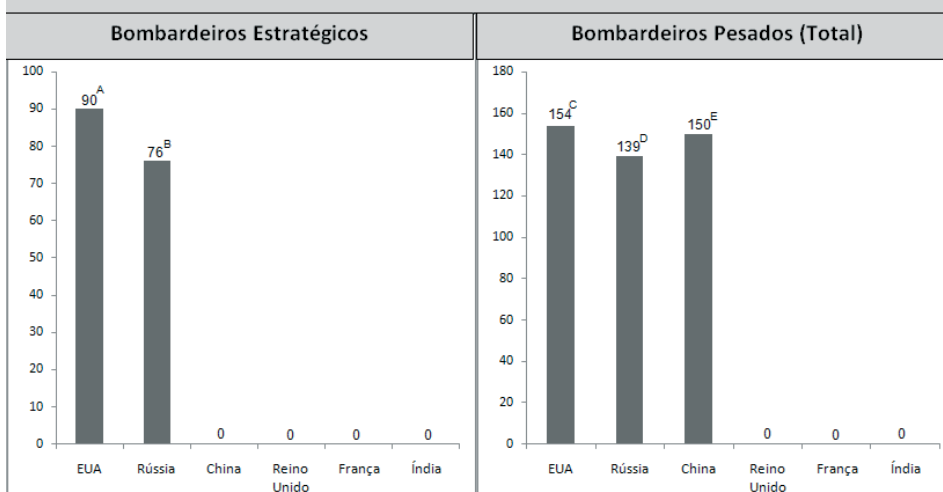
F. 48 CSS-NX-14 (JL-2).

G. 64 UGM-133A TridentII D5 (MARV) (Apenas 48 Mísseis e 160 ogivas operacionais).

H. 16 M-45 (6 MIRV'S) + 48 M-51 (6 MIRV'S) (384 ogivas).

I. ICBM Agni V (em testes) + 6 K-15 Sagatika-K-4 (Anihant) + Charlie (Akula) (SSBN).

Diagrama 4: Forças Estratégicas de Bombardeiros (2015)



Fonte: *The Military Balance 2016*; International Institute for Strategic Studies - IISS, Routledge, Londres, ps.22/23.

Notas:

A. 20 B-2A Spirit + 70 B-52H Stratofortress.

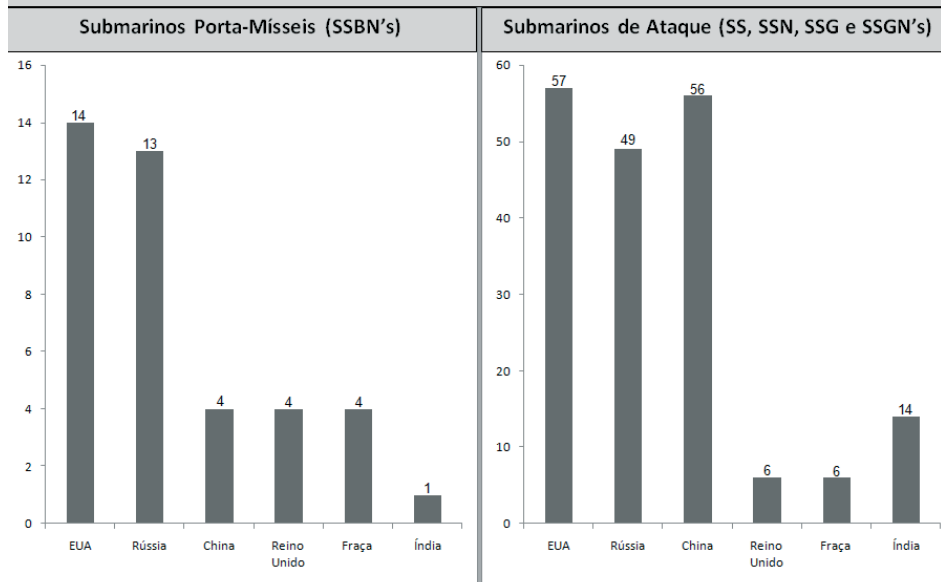
B. 16 TU-160 Blackjack + 60 TU-95 Bear.

C. 21 B-2A Spirit (Incluindo 1 B-2A de testes) + 70 B-52 H Stratofortress + 63 B-1B Lancer (Não inclusos 18 B-52H na Reserva).

D. 63 TU-22M Backfire C + 60 TU-95 Bear + 16 TU-160 Blackjack.

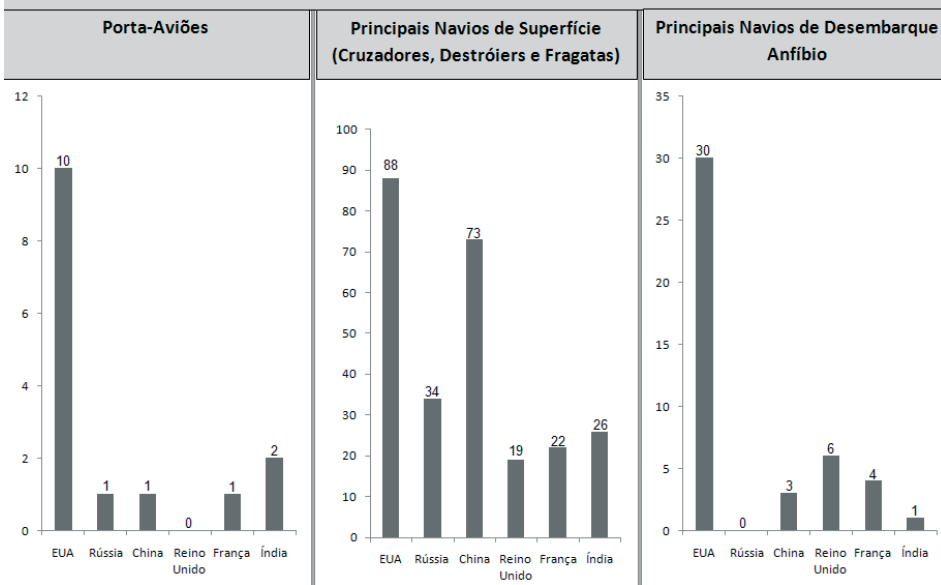
E. 30 H-6G + 70 H-6H + 50 H-6K (Versões Chinesas do TU-16 Badger).

Diagrama 5: Submarinos Estratégicos e Táticos (2015)



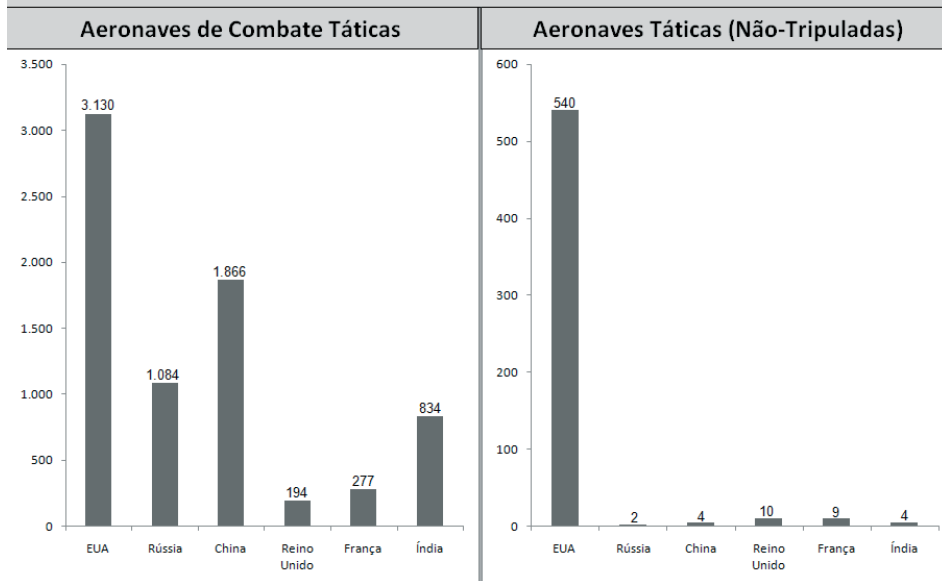
Fonte: *The Military Balance 2016*; International Institute for Strategic Studies - IISS, Routledge, Londres, ps.22/23.

Diagrama 6: Porta-Aviões, Principais Navios de Superfície e Navios Anfíbios (2015)



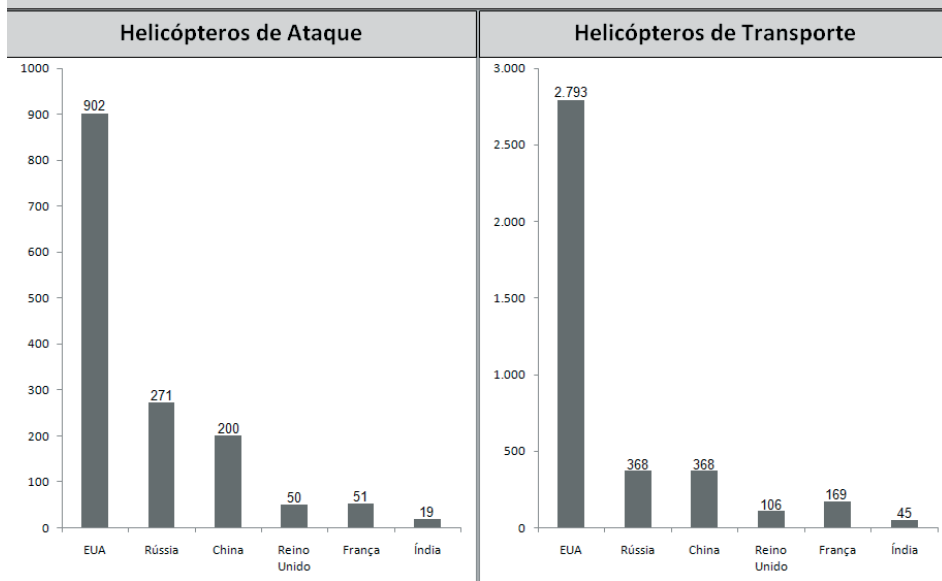
Fonte: *The Military Balance 2016*; International Institute for Strategic Studies - IISS, Routledge, Londres, ps.22/23.

Diagrama 7: Aeronaves de Combate Táticas (2015)



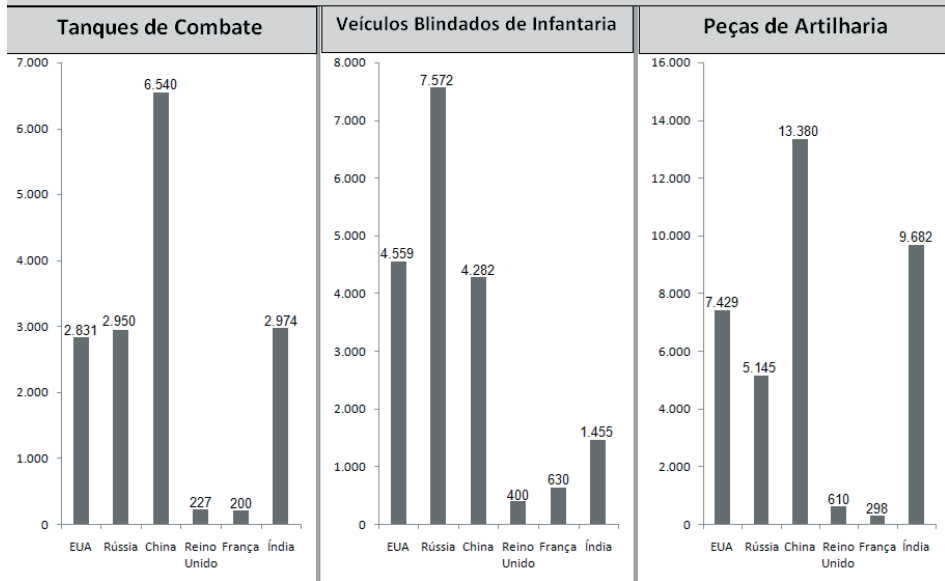
Fonte: *The Military Balance 2016*, International Institute for Strategic Studies - IISS, Routledge, Londres, ps.22/23.

Diagrama 8: Helicópteros de Ataque e Transporte (2015)



Fonte: *The Military Balance 2016*, International Institute for Strategic Studies - IISS, Routledge, Londres, ps.22/23.

Diagrama 9: Veículos Blindados e Artilharia (2015)



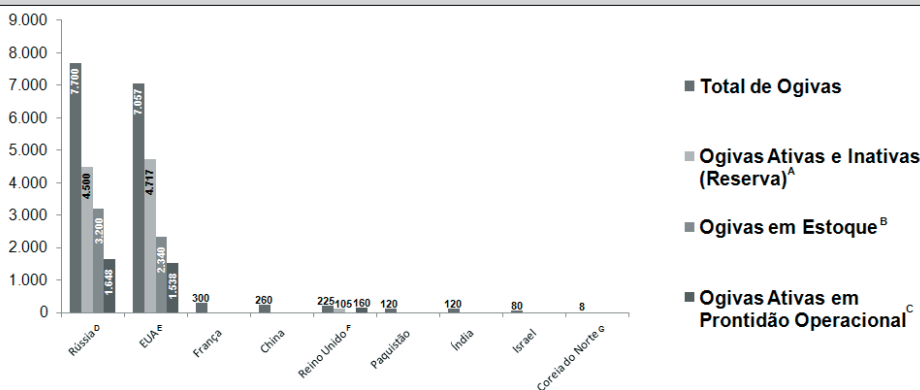
Fonte: *The Military Balance 2016*, International Institute for Strategic Studies - IISS, Routledge, Londres, ps 22/23.

Nesse compasso, vale lembrar que, se no passado a realidade da Guerra Fria impunha os interesses convergentes de defesa coletiva contra o potencial (e comum) agressor soviético, fazendo com que uma Aliança Militar (ampla) interessasse ser financiada (preponderantemente) pelos norte-americanos (até mesmo em função de seu peso econômico relativo), a nova realidade do Século XXI permite concluir, ao reverso, que os tradicionais aliados do passado necessitam muito mais da assistência militar estadunidense, para suas específicas e peculiares demandas de defesa no presente, do que o mesmo prescinde de seus aliados para tanto, inaugurando, desta feita, uma nova (e inédita) noção de “prestação de serviço de defesa” (independentemente do nome ou designação técnica que venha a ser utilizada), através de uma correspondente (e obrigatória) *contrapartida “remuneratória”*, a exemplo de qualquer outra forma convencional de prestação de serviços internacionais.

Não obstante as primeiras declarações de TRUMP no sentido de que o Japão, a Coreia do Sul e os demais aliados dos EUA devessem desenvolver uma força militar própria e suficientemente poderosa, inclusive com o desenvolvimento de *arsenais nucleares* próprios, resta evidente que tal estratégia não interessa, em nenhuma hipótese, à segurança nacional estadunidense, posto que uma *expansão proliferativa dos arsenais nucleares*, em escala global, representaria romper não somente com um dos pilares em que se assenta a superioridade militar (relativa) dos EUA, como ainda tornaria muito mais frágil a segurança internacional com consequências impensáveis, ao mesmo tempo que, de outra parte, não

seria minimamente vantajosa, sob a ótica econômica, aos atuais aliados norte-americanos, construir grandes, complexas e dispendiosas *estruturas defensivas* (ou mesmo ofensivas em um contexto de *contenção ativa*), quando poderiam simplesmente *pagar* (através de novos mecanismos de gerenciamento de custos) por estes mesmos serviços, particularmente se considerarmos que os EUA detêm, em grande medida, os meios militares adequados (e plenamente operacionais e corretamente alocados) para garantir as suas respectivas necessidades de defesa a curto, médio e longo prazos.

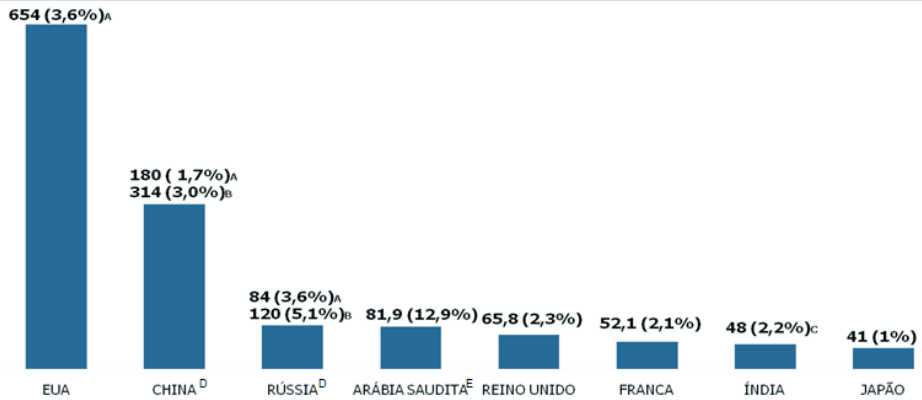
Diagrama 10: Número de Ogivas Nucleares no Mundo (2015)



Notas:

- A. Ogivas com potencial de uso em veículos militares de lançamento; inclui ogivas ativas e inativas.
- B. Ogivas estocadas (inativas e que já não contam como estoque potencial), mas que permanecem intadas (com potencial de reativação) aguardando seu eventual desmantelamento.
- C. Ogivas em mísseis balísticos e contabilizadas em bombardeiros estratégicos (números baseados na regra de contagem da "New START", que considera ogivas operacionais empregadas em mísseis balísticos e bombardeiros pesados).
- D. De acordo com os dados do relatório da "New START" de março de 2015, a Rússia possuía 1.648 ogivas ativas em prontidão operacional empregadas em 515 mísseis ICBM, SLBM e em bombardeiros estratégicos. A Federação de Cientistas Americanos estima que a Rússia tem milhares de ogivas estratégicas não empregadas e aproximadamente 2.000 ogivas nucleares táticas. Um adicional de 3.200 ogivas estão no aguardo de seu desmantelamento.
- E. De acordo com os dados do relatório da "New START" de março de 2015, os EUA contabilizavam 1.538 ogivas ativas em prontidão operacional empregadas em 785 mísseis ICBM, SLBM e em bombardeiros estratégicos. A Federação de Cientistas Americanos estima que os EUA tem ao redor de 2.800 ogivas estratégicas não empregadas e que seu arsenal nuclear tático possui 500 ogivas.
- F. Conforme o Departamento de Estado Norte-Americano, os EUA possuíam 4.717 ogivas nucleares ativas em 30/09/2014, incluindo armas táticas, estratégicas e não empregadas. O restante das ogivas permanece estocado aguardando seu eventual desmantelamento.
- G. Aproximadamente 160 ogivas estratégicas, das quais não mais que 40 podem ser empregadas no mar a qualquer tempo. O número total de ogivas chega a 225, muito embora o país possua 64 SLBM's Trident II D-5 com capacidade potencial de 8 ogivas MARV's cada (total de 512 ogivas).
- H. Estima-se que existam de 6 a 8 ogivas de plutônio em 2015. Em agosto de 2015, a Coreia do Norte religou seu reator de grafite de 5 megawatt, utilizado para extrair plutônio para suas ogivas nucleares no passado, apesar de não operar regularmente. O país inaugurou uma instalação de certificação em 2010, mas não está claro se Pyongyang está usando a instalação para produzir urânio enriquecido para fins bélicos. Analistas estimam que o país pode assim conseguir o material necessário para um número adicional de 4 a 8 ogivas.
- Fonte: Hans M. Kristensen and Robert S. Norris: U.S. Department of State; Arms Control Association.

Diagrama 11: Comparação Estatística entre Despesas Militares em 2015 (US\$ Bilhões) (% PIB)



Notas:

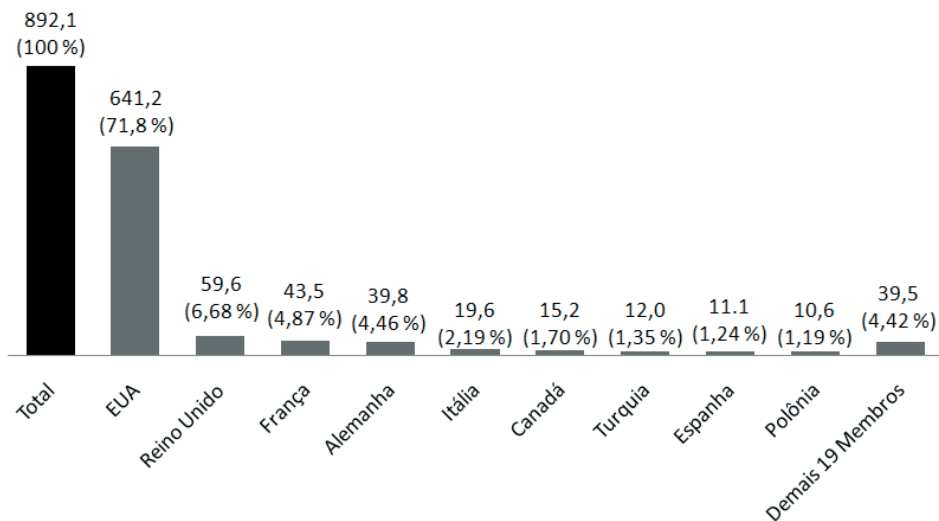
- A. Valor declarado. No caso norte-americano, inclui as despesas com pagamento de pessoal (soldos e pensões).
- B. Valor estimado (real).
- C. No período 2006/2010, a Índia comprou 9% de todo o armamento comercializado no mundo. Também, importante registrar que a Índia tem aumentado suas despesas militares de forma consistente, chegando a um incremento de 11,6% em 2011, sobre os valores de 2010. Ainda assim, o valor declarado pelo governo indiano foi de apenas US\$ 37 bilhões para um PIB de US\$ 1,97 em 2013. Importante registrar que a Índia está desenvolvendo uma ICBM (Agni V) e possui efetivos militares de 1.346.000 e reservas de 1.155.000 homens.
- D. É importante assinalar que tanto a China como a Rússia vêm ampliando persistentemente os seus respectivos orçamentos militares. A China, em particular, já abandonou a utilização da engenharia reversa, substituindo-a, a exemplo da Rússia, pela aquisição furtiva de tecnologia, capacitando-se, cada vez mais, no contexto da revolução digital.
- E. Faz-se interessante destacar o exponencial crescimento das despesas militares sauditas, que já superam 10% de seu PIB, refletindo sua nova política externa proativa.

Ainda que a ideia de melhor compartilhar os elevados custos de manutenção das diversas alianças militares e, particularmente, as despesas com o estacionamento de tropas (e equipamentos) norte-americanas em países da OTAN (assim como na Coreia do Sul e em tantos outros aliados ocidentais) não se constitua propriamente em uma novidade, - uma vez que tais reivindicações já existiam desde a década de 70 e, particularmente, na era REAGAN (1981-89) -, a noção inovadora (e específica) de “contrapartida financeira *por prestação de serviços de segurança*” (independentemente da tecnicidade da expressão) representa um incontestável *marco* nos acordos coletivos de defesa, inaugurando uma nova era nas antigas relações de alianças defensivas.

Trata-se, portanto, de um novo *paradigma* nas relações dos EUA com seus aliados, reafirmando, em grande medida, a máxima de FOSTER DULLES (Secretário de Estado de EISENHOWER (1953-61)) segundo a qual “os EUA não tem amigos, e sim interesses”. Na prática, isso significa romper com o *modelo atual* em que praticamente os EUA financiam a quase totalidade dos custos relativos à defesa coletiva de seus aliados (no caso da OTAN, 72% dos custos totais, em contraposição a Alemanha, quarta maior potência econômica do planeta, com 4,5%), para *inaugurar uma nova forma de se relacionar com os atuais* (e também possíveis novos) *aliados* fazendo-os suportar (efetiva e não apenas simbolicamente) os encargos econômicos, pagando, em última análise, pelo “*guarda-chuva militar*” que direta ou indiretamente os protege, bem como custeando as *esquadras* (e as correspondentes *forças tarefas*) que protegem as vias de navegação em todo o

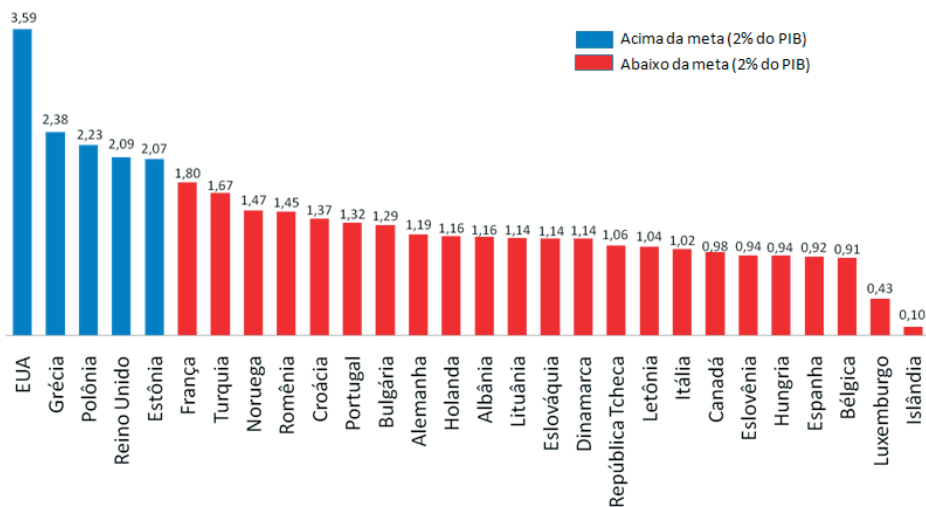
mundo e que, na ampla maioria dos casos, transcendem (em muito) aos exclusivos interesses norte-americanos, muito embora seus custos sejam suportados quase que unicamente pelos contribuintes estadunidenses.

Diagrama 12: Gastos com a Defesa dos 28 Membros da OTAN em 2015 (US\$ bilhões)



Fonte: OTAN

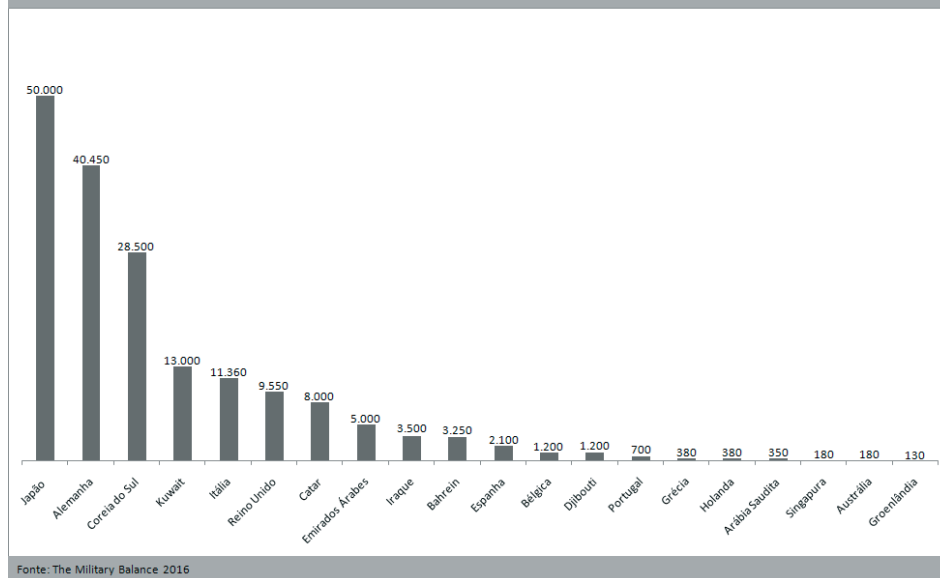
Diagrama 13: Gastos com a Defesa dos 28 Membros da OTAN em 2015 (percentual do PIB)



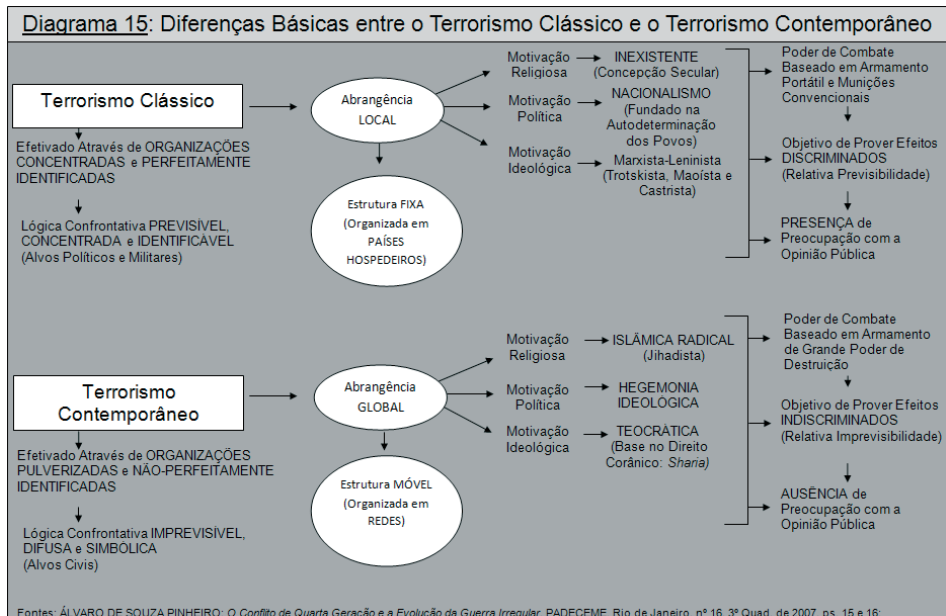
Fonte: OTAN

Nesse sentido, afiguram-se como exemplos marcantes a 5ª Esquadra, com sede no Bahrein, que assegura o fluxo do petróleo árabe (e do livre comércio) para a Europa e outros países, através do Golfo Pérsico, Mar Vermelho e Mar da Arábia (incluindo toda a Costa Leste da África até o Sul do Quênia) inclusive com patrulhas contra a *pirataria* em alto mar nas proximidades do “*Chifre da África*”, com reforço da 6ª Esquadra, sediada no Mediterrâneo (com base em Nápoles, na Itália), ou a 7ª Esquadra (e seus desdobramentos), com sede em Yokosuka, no Japão, que igualmente o faz na região do Oceano Índico e Oeste do Oceano Pacífico, que desempenham serviços essenciais de defesa de interesses vitais *multilaterais* que, por absoluta e insustentável incoerência do atual modelo, não são financiados pelos seus maiores beneficiários, sejam os ricos países árabes exportadores de petróleo (como a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos, o Catar, o Kuwait, Omã, etc.), sejam os diversos países europeus e asiáticos que necessitam, muito mais do que os americanos, da manutenção (livre) das vias marítimas para o transporte do óleo do Oriente Médio e do Norte da África ou que também precisam, com muito maior intensidade, ver assegurada a liberdade de navegação para a entrega (exportação) de seus produtos manufaturados para estes mesmos países.

No extremo oriente, os diversos (e custosos) compromissos militares norte-americanos, celebrados em sua maioria através de acordos bilaterais, para com a Coreia do Sul (onde se encontram 28.500 efetivos e a sede da 7ª Força Aérea com esquadras aéreas dotadas com 40 F-16 C/D Fighting Falcon e 24 A-10 C Thunderbolt II, além de aviões espões U-2S, estacionados em duas bases aéreas – Osan e Kunsam), Japão (com 50.000 efetivos e sede da 5ª Força Aérea com 22 F-16 C/D Fighting Falcon; 27 F-15 C/D Eagle; 15 KC-135R Stratotanker; 2 E-3B Sentry; 10 C-130H Hercules; 10 MC-130 J/H; além de outras aeronaves, organizadas em duas bases aéreas) e Formosa, - sem aludir a outros países desprovidos de maiores potenciais econômicos, como as Filipinas -, simplesmente são suportados quase a exclusividade pelo contribuinte norte-americanos, ao arrepio do fato de estarmos diante de países extremamente prósperos, com ênfase no Japão que se constitui na terceira potência econômica do mundo e que continua a dispor de um texto constitucional, fruto de contingências históricas do pós-guerra, que o coloca na cômoda posição de permanente usufrutuário do complexo (e extremamente oneroso) sistema defensivo estadunidense, sem praticamente nada contribuir, de substancial, em necessária contrapartida⁵.

Diagrama 14: Forças Norte-Americanas Estacionadas em Países Selecionados (2016)

Resta lembrar, por oportuno, que o Presidente DONALD TRUMP possui reconhecida fama (autêntica ou projetada) de hábil negociador e, certamente, poderá vir a ser (se bem assessorado, independentemente de sua pouca experiência governamental e diplomática) um excepcional condutor para a efetiva implantação de uma nova (e necessária) política de defesa dos EUA que, acima de tudo, venha a considerar (preponderantemente) os interesses estadunidenses no contexto de uma *nova realidade de poder global* em que a *Rússia* (a segunda potência militar do planeta)⁶ e a *China* (a terceira potência militar e a segunda economia do mundo) deixem de ser as antigas adversárias da era da Guerra Fria (que já se encerrou) para serem as principais parceiras, - ante o reconhecido *ocaso* da Europa e do correspondente *declínio* de postura militar dos aliados tradicionais do passado -, no contexto do novo conflito mundial contra o *terrorismo contemporâneo*, de abrangência global, fundado no *jihadismo islâmico radical*⁷, de feição transnacional (que se sustenta na heterodoxia das novas formas de guerra irregular de 4ª Geração e no próprio contexto das chamadas *Novas Guerras* (cf. MARY KALDOR; *In Defence of New Wars*. In: *Stability*, n. 2 (1), v. 4, p. 1-16, 2013)) e que cada vez mais se afirma como o novo (e extraordinário) *desafio global* a ser superado pelo amplificado conceito de civilização ocidental, agora a incluir os antigos adversários do passado, no Continente Eurasiano e na Ásia Oriental.



A palavra chave, por conseguinte, é *redefinição* (de rumos), afigurando-se como uma necessária e imperiosa *alteração*, de cunho político-estratégico, dos fundamentos (e da própria *gramática geopolítica e polemológica*) em que se assentam as relações dos EUA com seus aliados tradicionais (assim como com o mundo em geral), em favor da defesa intransigente da absoluta primazia dos interesses estadunidenses, por intermédio do inevitável reconhecimento da nova realidade mundial.

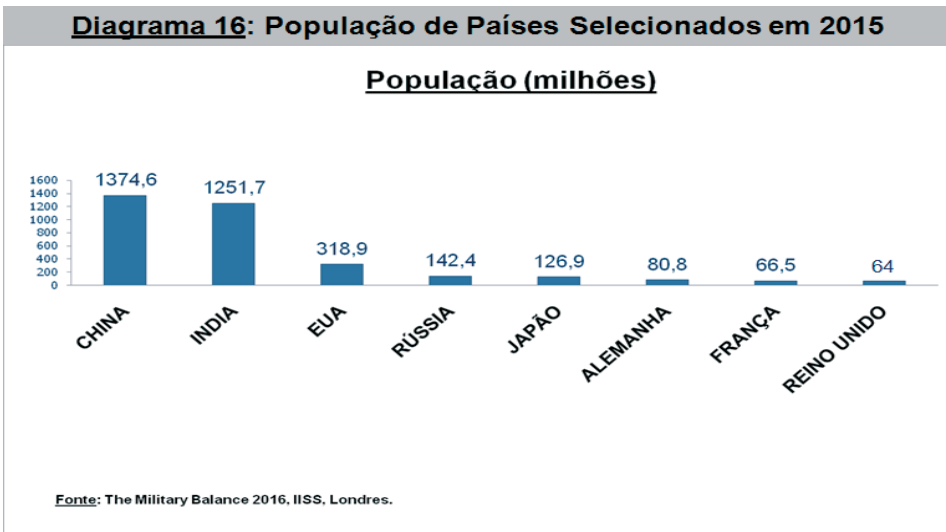
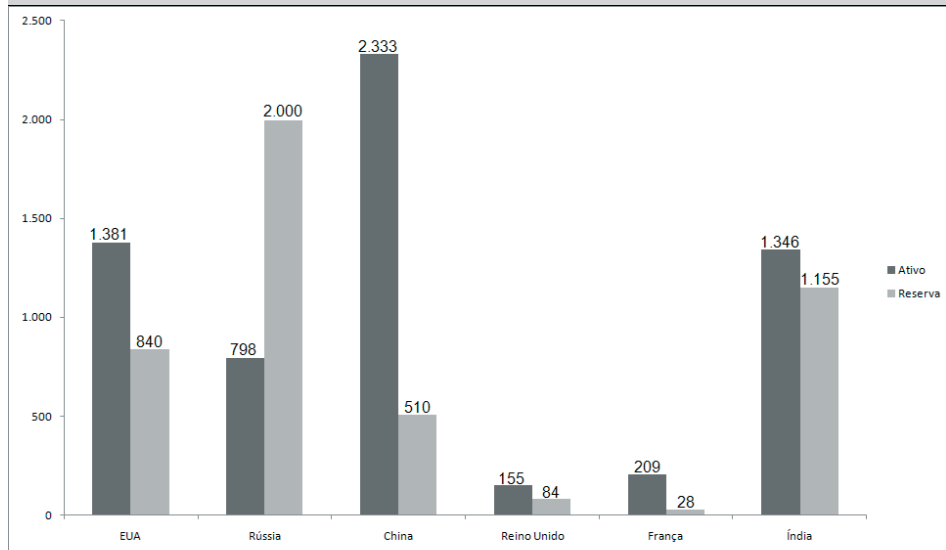


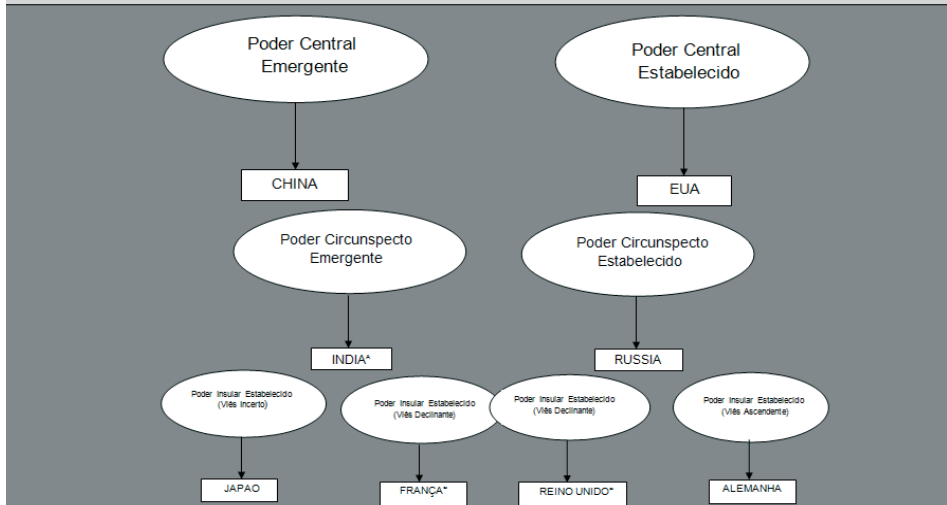
Diagrama 17: Efetivo Ativo e Reservas (2015) (em mil)

Fonte: *The Military Balance 2016*, International Institute for Strategic Studies - IISS, Routledge, Londres, ps.22/23

Não se trata, todavia, como possa parecer à primeira vista, de um *recluo* quanto ao *protagonismo* norte-americano ou, em termos mais radicais, de um atestado de óbito para a Aliança Atlântica; mas, em sentido diametralmente oposto, de uma autêntica *renascença nacional* (semelhante àquela engendrada por REAGAN e que conduziu à vitória dos EUA na Guerra Fria) através da *reconstrução* das bases da política de defesa dos EUA. É, portanto, ao contrário do que vem afirmando alguns críticos (e mesmo detratores de TRUMP e de sua equipe ministerial), uma genuína retomada da *liderança* (e de prestígio) estadunidense⁸ no mundo em bases *atualizadas* e, sobretudo em harmoniosa *simetria* com a realidade do século XXI.

O mundo definitivamente mudou e não há mais como os EUA sustentarem sua política de defesa em ultrapassados postulados da Guerra Fria que desconhecem a nova concepção geopolítica dos poderes estabelecidos e emergentes e sua correspondente *arquitetura*. Há, portanto, a necessidade de se reconhecer a existência (impositiva) de um novo tabuleiro geopolítico em que a China passou a ser um *poder central emergente*, a Rússia um *poder circumspecto estabelecido* (desejosa de ver respeitado os acordos celebrados no âmbito da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa - OSCE, quanto ao território de ex-repúblicas soviéticas (cf. ALEXANDER ZHEBIT; *De volta a Helsinque - quarenta anos depois*, Revista Estudos Políticos, Vol. 6, n. 2, 2016, p. 547/577)), a Índia, um *poder circumspecto emergente*, e os aliados tradicionais, representados pela Alemanha, Japão, França e Reino Unido, apenas *poderes insulares estabelecidos*, ainda que o primeiro com *viés ascendente*, o segundo com *viés incerto* e apenas os dois últimos com *viés declinante*.

Diagrama 18: Concepção Geopolítica dos Poderes Estabelecidos e Emergentes



Notas:

A. A emergência da Índia é a aposta dos EUA para, em alguma medida, se contrapor à ascensão da China no cenário internacional.

B. De forma, no mínimo curiosa, a consolidação de uma Europa unida é de amplo interesse chinês como uma espécie de contraponto à influência norte-americana no mundo, contribuindo para o equilíbrio geopolítico global. Exatamente por esta razão, o presidente XI JINPING, de forma diversa do presidente russo VLADIMIR PUTIN (que prefere uma Europa mais enfraquecida política, económica e militarmente), apoiou, ainda que sem êxito, a manutenção do Reino Unido na União Europeia, tendo o porta-voz da chancelaria chinesa, HUA HUNYING, em pronunciamento de 26 de junho de 2016, expressamente manifestado que "uma UE próspera e saudável é do interesse da China".

DONALD TRUMP chegou, portanto, em um momento histórico e, ainda que possam existir razoáveis dúvidas quanto a sua (plena) capacidade de *reinaugurar* o novo *protagonismo* norte-americano, - fundado em novas bases e através de uma renomada *liderança* -, no contexto do especial espectro da realidade das guerras *irregulares* de concepção *heterodoxa* contra o *fundamentalismo religioso*⁹, - fulcrado, sobretudo, no *jihadismo islâmico radical* -, inerentes ao século XXI, resta absolutamente fundamental que a nação norte-americana, através de uma política de Estado (e não restrita e limitadamente de governo), tenha absoluta consciência de que se trata de uma (autêntica e incontestada) imposição factual da qual depende a própria sobrevivência da América (tal como é reconhecida desde o final do século XIX) e de seus sublimes valores tão bem representados pela concepção de seus Pais Fundadores¹⁰.

Notas Complementares:

1. Ofício Jornalístico

O *ofício jornalístico*, em especial nos países considerados *desenvolvidos* e *democráticos* (uma vez que não há como se falar em verdadeira *imprensa* em nações *subdesenvolvidas* e *autoritárias*), tem se mostrado, cada vez mais, *comprometido*; seja pela *deficiência em relação a proceder a uma correta leitura da conjuntura*, seja

pelo *crescente distanciamento da necessária isenção político-ideológica* que caracteriza o trabalho de quem tem, por obrigação laboral, o dever único e exclusivo de *informar* os acontecimentos, e não de buscar, pelas mais diversas razões, *influenciar* os mesmos. Não há qualquer dúvida de que uma imprensa livre é essencial ao Estado Democrático. Todavia, a *desinformação* produzida por uma *mídia* pouco comprometida com seu mister tem conduzido a um elevado e preocupante grau de *descrédito* de uma das instituições mais importantes da democracia.

Os equívocos na cobertura jornalística da eleição de DONALD TRUMP, bem como da saída do Reino Unido da União Europeia (BREXIT) e da rejeição popular colombiana quanto aos acordos de paz com as FARC, refletem, em grande medida, uma perigosa tentativa de imposição, pela imprensa, de uma *narrativa própria*, divorciada da realidade (e, mais do que isto, de condenável imposição de *valores morais*) que não traduzem seus verdadeiros objetivos, comprometendo a própria razão da existência da mesma.

O *dever de informar* vai muito além de uma simples *obrigação*. Trata-se, sobretudo, de um compromisso nitidamente *ético* e, neste sentido, verdadeiramente *inalienável*.

A crise que se abate sobre tão importante instituição, portanto, é um claro sinal de que algo deve ser feito. No mínimo, uma autoanálise crítica e talvez, até mesmo, com a expulsão do seio jornalístico dos profissionais que não estejam comprometidos com a razão última de sua própria existência: *informar, com isenção, imparcialidade e impessoalidade*. A força da imprensa encontra-se neste tripé e não em sua suposta (e indevida) capacidade de influenciar acontecimentos.

2. Opinião Pública, Opinião do Público e Opinião Popular

É importante diferenciar as expressões *opinião pública* e *opinião do público*, posto que uma não se confunde com a outra, muito embora seja corrente, na linguística popular, a *pseudo-sinonímia* entre ambas.

Em essência, a primeira reflete a *opinião publicada, divulgada* e, portanto, *formal, manipulada* (ou, no mínimo, *manipulável*) por sua própria característica *formalizante* e *continental*. A segunda, ao contrário, possui o *conteúdo* (e não apenas o continente ou o envoltório da forma), a *substância* e, por que não dizer, o *mérito do substrato* último da genuína opinião, ainda que oculta, por não manifesta (e, por esta específica razão, não passível de qualquer tipo de distorção ou mesmo manipulação). A *opinião do público* é, nesse aspecto, a *opinião do povo* (transcendendo o simples conceito de opinião popular), diferentemente da *opinião pública* que, na maioria dos casos, é simplesmente a *opinião de alguém* ou de algum *setor da sociedade*, em particular, interessado, única e exclusivamente, em legitimar (ou mesmo mascarar) a sua opinião específica, por meio da divulgação e, conseqüentemente, formalização (manipulada e distorcida) da *opinião do público*.

Aliás, nesse contexto analítico, nunca é demais lembrar a visão de WEBER, segundo a qual repetir a mentira por diversas vezes resulta em transformá-la em verdade, o que bem reflete a concepção da formação da *opinião pública* pelos meios de comunicação de massa, mormente nos países cujo regime político democrático é meramente formal. Neste sentido, merece ser transcrito o apelo de JOSEMARÍA ESCRIVÁ em defesa do maior grau de responsabilidade dos homens à frente dos meios de comunicação, *verbis*:

“Peço a vocês que difundam o amor ao bom jornalismo, que é aquele que não se contenta com rumores infundados, com boatos inventados por imaginações febris. Informem com fatos, com resultados, sem julgar intenções, mantendo a legítima diversidade de opiniões, num plano equânime, sem descer ao ataque pessoal.

É difícil que haja verdadeira convivência onde falta verdadeira informação; e a informação verdadeira é aquela que não tem medo da verdade e que não se deixa levar por desejos de subir, de falso prestígio ou de vantagens econômicas.”

3. Ressuscitar a Guerra Fria: “Yes, We Can!”; REIS FRIEDE (artigo publicado em 27/05/2016 no site “Defesanet”)

O Candidato BARACK OBAMA forjou, durante sua campanha eleitoral, um dos mais espetaculares slogans que, de forma simples e objetiva, preconizou a efetiva possibilidade de se proceder a radicais mudanças nos rumos da política externa dos EUA.

Não obstante toda sorte de naturais desconfianças quanto à capacidade de fazer cumprir suas aparentemente utópicas promessas de campanha, é cediço concluir que, após a reiteração da força daquele “grito de esperança”, o vitorioso Presidente OBAMA, no auge do exercício de seu segundo mandato, reconhecidamente conseguiu provar de forma, no mínimo, surpreendente, ser capaz de tornar realidade o que parecia simplesmente impossível.

Após exonerar duas das poucas mentes pensantes de seu governo, - o Secretário de Defesa republicano ROBERT GATES (2006-2011) e a Secretária de Estado democrata HILARY CLINTON (2009-2013) -, OBAMA parece estar prestes a ultrapassar seu maior rival em “desastres de política externa”, o ex-Presidente JIMMY CARTER (1976-80), com a inimaginável possibilidade de lograr ressuscitar o que parecia completa e definitivamente sepultado nos últimos anos do século XX: o fantasma da Guerra Fria.

Numa clara e renovada demonstração de que seus mais veementes críticos tinham plena razão, um ainda despreparado e imaturo Presidente, - desafiando lições elementares de geopolítica -, simplesmente resolveu embarcar em uma

“armadilha” de incentivar a derrubada de um presidente eleito democraticamente em uma ex-república soviética, habitada por cerca de 10 milhões de russos (mais de 20% da população), - a Ucrânia -, absolutamente estratégica para a sobrevivência das naturais aspirações da legítima herdeira do muito que ainda restou do poder nacional da outrora União Soviética.

A irresponsável aventura, - cuja pronta resposta russa, com a imediata anexação da estratégica região autônoma da Criméia (pertencente à mesma até 1954), e uma mobilização militar fronteiriça sem precedentes, parece ter surpreendido por completo seus principais assessores -, destruiu, na prática, o que restava da frágil liderança estadunidense, deixando o presidente da maior potência econômico-militar do planeta simplesmente sem possibilidades reais de uma resposta convincente, salvo a gradativa implementação de perigosas sanções econômicas que podem conduzir a Rússia a uma nova (e até então impensável) confrontação bipolar.

Ademais, o Presidente OBAMA parece estar prestes a enterrar o pouco da credibilidade norte-americana (as duras penas conquistada pela Secretária CLINTON, quando, em seu encontro com o Secretário SERGEI LAVROV (2009), propôs um “RESET” nas relações russo-americanas) extremamente abaladas pelos inúmeros compromissos, pós-guerra fria, que simplesmente deixaram de ser cumpridos, especialmente a promessa que não haveria expansão da OTAN sobre os antigos integrantes do Pacto de Varsóvia e que, em nenhuma hipótese, seriam estacionadas forças militares em território da antiga Alemanha Oriental (condição acordada para a pacífica unificação da Alemanha) ou em países integrantes da antiga URSS.

Passados anos, após anos, as queixas de Moscou, parecem legitimar-se não somente pelas promessas vagas do passado, mas fundamentalmente pela insistência ocidental em instalar mísseis anti-balísticos na Polônia, como ainda pelo desdobramento de forças da aliança militar ocidental até mesmo nos países bálticos fronteiriços à Rússia. Neste sentido, parece que o Kremlim resolveu estabelecer uma verdadeira “linha vermelha” na Ucrânia, o que simplesmente não pode ser ignorado, considerando ser a Rússia a segunda potência militar do planeta, dispendo de mais de 2.000 ogivas nucleares estratégicas, além de 5.000 ogivas de alcance intermediário.

É hora de os EUA entenderem que, como incontestes vencedores da Guerra Fria, não podem, sob esta singela premissa, simplesmente humilhar o derrotado que, - apesar de seu substancial declínio de poder nacional -, continua dispendo de um formidável poder nuclear de alcance global, ainda capaz de levar o mundo para a pré-história civilizatória.

Permitir um segundo *round* a uma potência derrotada por *pontos* e não por *nocaute*, revela-se não somente insensato, como “joga por terra” todas as grandes conquistas, - baseadas na *cooperação* e não no *confronto* -, que nos permitiram

os mais diversos e importantes acordos e compromissos internacionais, tais como os de redução e monitoramento dos arsenais nucleares, segurança e não-proliferação, ações conjuntas em relação ao Irã, além da luta comum contra o terrorismo internacional.

4. Jihadismo e Islamismo Radical

Segundo lições de MAJID KHADDURI (War and Peace in the Law of Islam, Johns Hopkins University, Baltimore, 1958), “*Jihad*” consiste, fundamentalmente, em um conceito da religião islâmica que significa, de forma objetiva, “*empenho*” ou “*esforço*”. Comumente é traduzida como uma forma de luta, projetada em uma vontade pessoal de se buscar e conquistar a fé perfeita. Aquele que segue a “*Jihad*” é conhecido como *Mujahid*.

Muito embora a “*Jihad*” e o seu correspondente movimento denominado por “*Jihadismo*” não possam ser interpretados como termos sinônimos da expressão “*Islamismo Radical*”, resta indubitável que, em um sentido prático, ambas designações têm sido constantemente utilizadas como sinônimas, sobretudo para difundir *ações de terrorismo*.

No que alude especificamente o vocábulo, é importante destacar que existem duas formas de entender interpretativamente a “*Jihad*”: a primeira através da luta do indivíduo consigo mesmo, pelo domínio da alma (única concepção expressamente presente no Alcorão e também conhecida como “*Jihad Maior*”) e a segunda como um esforço que os muçulmanos fazem para levar a teoria do Islã a outras pessoas, muitas vezes de forma impositiva (“*Jihad Menor*”).

Foi basicamente nos textos do século XI de AL-KHATIB AL-BAGHDADI que se procurou emprestar uma nova interpretação ao Alcorão, difundindo-se a ideia, - que se consolidou, em grande parte, tanto na jurisprudência *sunita*, como na doutrina *xiita* -, de que a “*Jihad*” se constitui em uma luta *exterior* e de *conquista*.

Com efeito, nenhuma das quatro escolas de jurisprudência *sunitas*, nem a tradição *xiita*, se referem à “*Jihad Maior*”, sendo certo que nenhuma das seis maiores coleções de *hadith* (SAHIH BUKHARI; SAHIH MUSLIM; DAWUD; AL-SUGHRA; TIRMIDHI E IBN MAJAH), - que se constituem nos textos mais importantes para a formação identitária e teológica do Islã -, se referem, nas 200 vezes que se reportam a “*Jihad*”, à “*Jihad Maior*”, mas apenas à “*Jihad*” de luta exterior e conquista. Ou seja: dizer que a verdadeira “*Jihad*” é uma luta interior é, não só, uma posição herética face àquelas escolas ortodoxas de jurisprudência, mas ir contra as próprias palavras do profeta muçulmano MAOMÉ que, por exemplo, disse:

1. «Está escrito que AMR BIN ABASAH disse: “fui ter com MAOMÉ e perguntei: ‘Oh mensageiro de ALÁ, qual é a melhor jihad? MAOMÉ disse: ‘A de um homem cujo sangue é derramado e o seu cavalo é ferido’”» (Sunan Ibn

Majah 2794)

2. «Está escrito segundo a autoridade de ABU HURAIRA que MAOMÉ disse: ‘Aquele que morreu mas não lutou no caminho de ALÁ nem expressou alguma determinação por lutar, morreu como morrem os hipócritas» (Sahih Muslim 2:4696) (cf. ALFRED MORABIA (*Le gihad dans l’Islam médiéval*. Paris: Albin Michel, 1993); NICOLA MELIS (*Trattato Sulla Guerra. “Il Kitab al-gihad di Molla Hüsrev”*. Cagliari: Aipsa, 2002); e RUDOLPH PETERS (*Islam and Colonialism: The Doctrine of Jihad in Modern History*. Haia: Mouton, 1979).

5. As Guerras Contra o Terror Global

Outro contundente exemplo de restrita (ou mesmo insignificante) cooperação aliada para com os EUA encontra-se representada através das chamadas *guerras globais contra o terror*, como por exemplo o Conflito no Afeganistão.

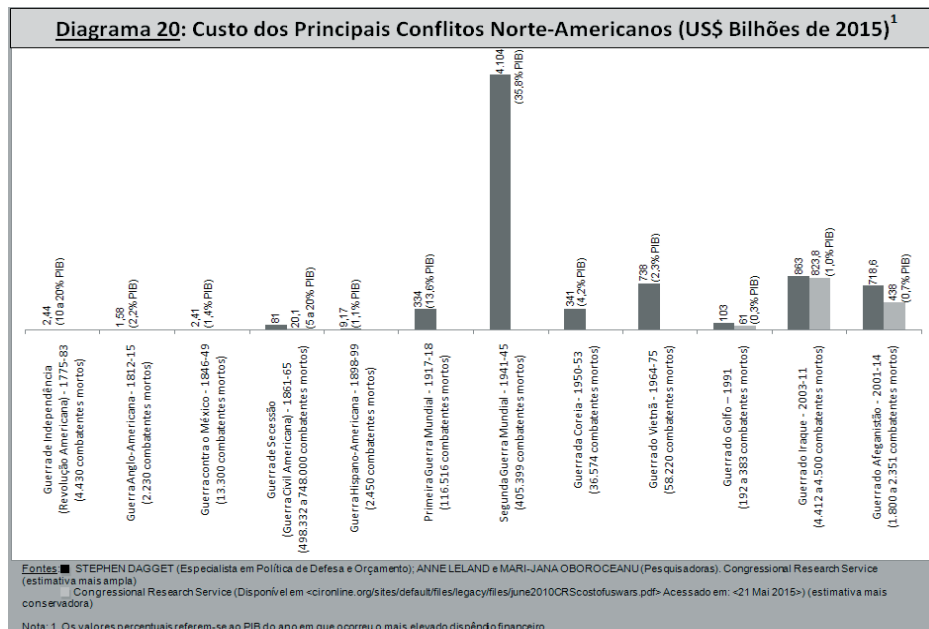
De forma muito distinta da Aliança Militar que libertou o Kuwait na Guerra do Golfo de 1991 (ocasião em que os custos econômicos e também militares foram muito bem distribuídos entre os membros da coalizão, representando, neste sentido, muito provavelmente, a única exceção pós-Segunda Guerra Mundial), nenhum outro conflito possuiu uma justa divisão de custo entre os países interessados (e beneficiados) com a respectiva intervenção militar.

Muito pelo contrário, os custos (sejam financeiros ou computados em perdas de vidas humanas) sempre foram (desproporcionalmente) suportados pelos EUA, em detrimento de seus aliados, caracterizando uma verdadeira *assimetria dissonante* que não possui qualquer justificativa plausível.

Como muito bem afirmou o presidente DONALD TRUMP, durante sua campanha eleitoral, não é minimamente razoável que os EUA tenham que suportar mais de 95% do montante de quase um trilhão de dólares despendidos na Guerra do Afeganistão (além de um percentual equivalente de soldados) quando a ameaça terrorista, representada por aquele centro de poder, ameaça de forma global todos os países do mundo e, em particular, os aliados norte-americanos que pouco participaram (financeira ou militarmente) deste conflito.

Diagrama 19: Efetivos, Baixas em Combate e Custos Econômicos dos Conflitos Armados (EUA)

Conflito Armado:	Guerra Civil	Primeira Guerra Mundial	Segunda Guerra Mundial	Guerra da Coreia	Guerra do Vietnã	Guerra do Golfo	Guerra do Iraque	Guerra do Afeganistão
Período	1861-65	1917-18	1941-45	1950-53	1964-75	1991	2003-11	2001-14
Duração Temporal do Conflito (meses)	48	19	45	37	121	1	106	159
Efetivo Ativo Máximo	975.000 (1863)	2.897.167 (1918)	12.124.418 (1945)	3.685.054 (1952)	3.547.902 (1968)	2.198.189 (1991)	1.580.255 (2009)	1.580.255 (2009)
Efetivo Mobilizado (participante)	3.900.231	4.734.991	16.112.566	5.720.000	8.744.000	2.225.000	+1.000.000	831.576
Efetivo Máximo em Ação	3.855.000	1.000.000	4.000.000	300.000 (326.863)	540.000	540.000	208.000	68.000
Total de Mortos	498.332 (748.000)	116.516	405.399	36.574	58.220	192 (383)	4.412	2.351
Total de Feridos	281.881	204.002	671.846	103.284	303.644	467	31.951	20.068
Total de Civis Mortos ^F	50.000 (352.000)	6.821.248 (13.000.000)	30.497.000 (58.500.000)	1.800.000 (2.500.000)	587.000 (4.000.000)	5.564 (10.000)	66.000 (106.000)	34.000 (174.000)
Custo (US\$ bilhões)	20,1 (5,0/ano)	334 (210,9/ano)	4.104 (1.094,4/ano)	341 (110,6/ano)	738 (73,2/ano)	61 (61,0/ano)	823,8 (93,3/ano)	718,6 (54,2/ano)



6. A Rússia Ressurgente

Não obstante a crise econômica que, em muitos aspectos, abala os alicerces da herdeira da antiga União Soviética, mormente em decorrência da oscilação para baixo dos preços do petróleo, a partir de 2013, a Rússia de VLADIMIR PUTIN constitui-se, em última análise, em uma potência *ressurgente*.

Ostentando o título de segunda força militar do planeta, Moscou tem investido maciçamente na modernização de seus exércitos, com o fito de assegurar uma revisada projeção de sua influência política, especialmente sobre a Europa e parte do Oriente Médio (Síria e Irã).

7. O Amplo Espectro das Vítimas do Islamismo Radical (Fundamentalismo Religioso) e sua Correspondente Natureza Jurídica

As maiores vítimas do islamismo radical (jihadismo) são o próprio povo que tem no Islã a sua fé e vive em países com concepção construtiva (natureza jurídica originária) de soberania *teocrática*, como, inclusive, reconheceu expressamente DONALD TRUMP em visita a Riad, na Arábia Saudita, em maio de 2017, na presença de 55 líderes de países islâmicos, ao anunciar a criação de um Centro de Defesa (e de um Instituto Anti-extremista em Riad) para lutar contra o financiamento de grupos como AL-QAEDA, ESTADO ISLÂMICO e HEZBOLLAH: “os países do Oriente Médio são os que mais sofrem com a violência do terrorismo”.

Portanto, muito diferente do senso comum, a solução do problema não se encontra propriamente no isolamento destas Nações; mas, ao reverso, em um fortalecimento das forças *seculares* (internas), repetindo, em grande medida, a exitosa estratégia ocidental (e, sobretudo, inglesa) que, no final do século XIX, e durante a maior parte do século XX, apoiou as monarquias e os governos *laicos*, - ainda que estes fossem (lamentavelmente) soberanos, autocráticos e *ditatoriais* -, estabelecendo uma efetiva *contenção* contra as correntes fundamentalistas, de natureza religiosa, presente nestes países (que, muito mais do que oferecer um perigo extremo as suas próprias populações locais e adjacentes, irradiam um perigosíssimo *fanatismo terrorista* que consagra uma incontestável ameaça de proporções globais).

Nesse sentido, vale lembrar que o principal cerne da origem do próprio ESTADO ISLÂMICO (ISIS), - na qualidade de um dos principais fomentadores de atividades terroristas de alcance global-, repousa, sobretudo, na inabilidade norte-americana, durante o episódio da ocupação do Iraque em 2003; ocasião em que, irrefletidamente, alijaram (ingênua e irresponsavelmente) do governo todos os integrantes (sunitas) do partido BAATH, praticamente os obrigando a refundar um Estado *paralelo* (ISIS) ao estado Iraquiano, utilizando de sua correspondente experiência e competência administrativas e, por imperiosa necessidade circunstancial, combinando forças radicais que, em certa medida, o próprio Iraque de SADDAM HUSSEIN combatia.

É sempre oportuno lembrar que a verdade histórica é a de que nenhum grupo terrorista realmente se estabelece, como uma *ameaça efetiva*, sem o apoio direto de um Estado Nacional, - como são exemplos o HEZBOLLAH e os HOUTHIS (rebeldes xiitas do Iêmen) apoiados e financiados por Teerã; ou a IRMANDADE MULÇUMANA (onde inclusive, um dos seus líderes possui livre trânsito em Doha: o egípcio YUSUF AL-QARADAWI) e o HAMAS (que, segundo relatos, recebe US\$ 20 milhões/mês como pagamento de salário de seus funcionários em Gaza) apoiados e financiados por Doha (sede da base aérea norte-americana de de Al-Udeid, utilizada pelo Comando Central dos EUA com efetivo de aproximadamente 10.000 homens)-, ou, de outra feita, sem a existência de *sobras fragmentárias* de uma estrutura nacional, como foi o caso dos escombros do governo do Iraque, que viabilizaram, na hipótese, a construção do ESTADO ISLÂMICO (ISIS).

Em necessário adição, também resta válido consignar a opinião de alguns autores, como QUINTAN WIKTOROWICK, diretor do Conselho de Segurança Nacional dos EUA de 2011 a 2013 (Globo, 22.5.17, p.25), para quem o atual terrorismo (extremista) Islamista atual é muito diferente do Islã radical presente no início da AL-QAEDA, uma vez que a formação do Estado islâmico decorreu muito mais em função dos equívocos da intervenção estadunidense, patrocinada pela administração BUSH (2000 - 2008), em não conseguir (ou mesmo não procurar) prover alternativas (satisfatórias) para a elite sócio-governamental iraquiana, alijada do poder durante a guerra de 2003, somadas as trapalhadas (e da irresponsável

ingenuidade) de OBAMA (2009 - 2016), com sua (pretensamente democrática) Primavera Árabe, que conduziram, por fim, a uma crise sócio-econômica sem precedentes, representando (em última análise) um colapso fundamental do *contrato social* vigente por décadas na região que, com todas as restrições de um modelo de Estado não democrático, permitia, ainda que de forma limitada, uma participação política e uma atividade cívica para os jovens que, em alguma medida, camuflavam os baixos níveis de satisfação com a vida e a falta de um significado e uma relevância existencial, gerando, por consequência um (descontrolado) sentimento de desilusão e desamparo, sem precedentes, que não pode (também) ser compensado através de um processo exitoso de imigração para os países europeus.

Também, resta oportuno registrar, em necessário reforço ao que já foi consignado em outras oportunidades (e, igualmente, corroborando a tese acima exposta), que não é propriamente correta a ampla e usual expressão (sobretudo no Ocidente) “*islamismo radical*” ou “*terrorismo radical islâmico*”, uma vez que, em verdade, trata-se de uma forma de terrorismo de nítida natureza *religiosa* (fundamentalismo religioso), ainda que, em relativa discordância, alguns autores prefiram denominar de “*extremismo islamista*”, associando assim o terror ao Islã com uma forma de movimento *político* e não propriamente *religioso*.

“*Não é uma batalha entre diferentes religiões ou diferentes civilizações, é uma batalha entre criminosos bárbaros que tentam destruir a vida humana e pessoas de bem de todas as religiões que buscam protegê-la. É uma batalha entre o bem e o mal.*” (DONALD TRUMP; Riad, 21.5.2017)

8. A Crise de Liderança (e de Prestígio Político) Estadunidense

Liderança política, ao lado do desenvolvimento de uma *estratégia nacional* adequada e de uma efetiva *determinação governamental*, se afiguram, sem a menor sombra de dúvida, *elementos* fundamentais para o sustentável e contínuo desenvolvimento de qualquer *sociedade estatal* moderna.

Muito embora seja cediço reconhecer que o fator *liderança*, isoladamente considerado, não se encontre diretamente associado ao fenômeno do relativo declínio do poder perceptível de uma nação, não há qualquer divergência entre os estudiosos do tema no sentido de que a *manifestação de seus efeitos*, todavia, estejam umbilicalmente vinculados à relativa ausência de uma *sinérgica liderança*.

Aliás, é a própria *história* que se encarrega de, muito claramente, demonstrar, com maestria, a plena validade desta *assertiva*, posto que, em várias situações perfeitamente delineadas no espaço-tempo compreendido entre a segunda metade do século XX e o primeiro decênio deste século, a *passividade*, aliada a uma comprometedora ausência de *firmeza de propósitos*, bem como de uma necessária *condução diligente* relativa aos rumos dos acontecimentos, nos mais variados

cenários internacionais, conduziu irremediavelmente aos mais diversos *insucessos* (e até mesmo a autênticos *desastres*) nos confrontos, diretos ou indiretos, de natureza política, econômica e também bélica que a humanidade se viu obrigada a testemunhar.

A absoluta correção, bem como nítida clareza, da presente afirmativa também se demonstra pelo excessivo *prolongamento temporal* de conflitos, inclusive militares, que se estabelecem, como natural efeito consequente, da nítida ausência de *liderança política* perfeitamente observável em episódios selecionados, permitindo, destarte, a inexorável exteriorização dos indesejáveis efeitos do que convencionamos denominar de *Assimetria Reversa*, com todas as suas nefastas consequências.

Por outro prisma, necessário afirmar que *liderança* não implica em falta de *equilíbrio* e de *serenidade*; muito pelo contrário, *liderança* revela a necessária *inteligência* e *sabedoria* de se ter a plena consciência da *oportunidade* e da *conveniência* quanto ao adequado emprego eficiente dos quatro *elementos básicos do Poder Nacional* disponíveis (militar, econômico, político e psicossocial), respondendo, em cada momento, com necessária *firmeza*, aos mais diversos *desafios* na exata medida em que os mesmos se apresentam.

Nesse sentido, não faltam episódios pontuais (ou mesmo distendidos temporalmente) em que restam evidentes o nítido declínio do *poderio relativo* dos EUA por ação direta de uma observável ausência de uma consistente e firme *liderança política*.

Talvez os mais contundentes exemplos históricos de sinérgica ausência de *liderança política* tenham sido observados nos contextos dos governos HARRY TRUMAN (1945-1953: administração presidencial em que se observou o menor *índice de aprovação* de um presidente em toda a história dos EUA - 22%, obrigando-o a declinar de sua indicação para um segundo mandato e na qual se inaugurou a concepção de "*guerra limitada*", que não somente conduziu à ascensão chinesa no cenário internacional, como a um humilhante "*empate técnico*" no conflito coreano ao preço de 33.686 baixas norte-americanas no campo de batalha), JOHN KENNEDY / ROBERT KENNEDY / MCNAMARA (1961-1963: arquitetos da consolidação de Cuba como pólo irradiador da subversão internacional, como bem assim da própria vitória cubana na chamada "*Crise dos Mísseis de 1962*"), LYNDON B. JOHNSON / MCNAMARA (1963-1969: principal responsável pelo desastroso envolvimento americano no Vietnã e da consequente derrota naquele conflito, em 1975, durante a administração NIXON) e JIMMY CARTER (1976-1980: protagonista do momento histórico em que, - após a derrota norte-americana no Vietnã (1975); o início da insurreição na América Central (final da década de 70); a expansão soviético-cubana na África (1976-82); a queda do Xá do Irã e a instalação do regime islâmico (1979-80); bem como a humilhante situação dos diplomatas-reféns na Embaixada dos EUA em Teerã -, a outrora imbatível superpotência estadunidense manifestou seus primeiros sinais de exaustão *econômica*, em relação à emergência dos chamados

Tigres Asiáticos, em particular do Japão, e *militar*, em face da outrora magnitude e robustez, ainda que para alguns meramente aparente, do poderio bélico soviético).

Tal como nos dias atuais, vale mencionar que a *irreversibilidade do declínio do poderio relativo norte-americano* era, à época, anunciada aos *quatro ventos*, sendo certo que, muito provavelmente tal *tendência* somente foi revertida com a “*renascença nacional*”, defendida, com notável veemência por RONALD REAGAN que, ao final de seu período governamental de 12 anos (oito anos de administração REAGAN e quatro de administração de seu vice-presidente GEORGE BUSH), simplesmente logrou exorcizar a ameaça econômica japonesa, e, especialmente, e de forma absolutamente sem precedentes, neutralizar o supostamente imbatível adversário da Guerra Fria, com a decretação do fim da União Soviética.

Neste sentido, resta consignar que a nova ameaça à retomada da hegemonia estadunidense, bem como a correspondente *monopolaridade* estabelecida desde 1991, - em decorrência do ocaso do poderio militar soviético e da exaustão da ameaça econômica japonesa -, repousa muito mais do que qualquer questão relativa a sua *economia* ou ao próprio *dinamismo de seu parque industrial*, na ressentida *ausência de líderes* capazes de conduzir o povo estadunidense à plena realização de suas aspirações fundamentais.

Trata-se, na hipótese vertente, de uma histórica falta de *líderes verdadeiros*, - que não se confundem com simples *administradores nacionais* -, e que não somente busquem refletir a grandeza da nação, que se forjou, ao longo de sua história, com nítidas aspirações de grandeza, reafirmando, desta feita, os grandes ideais da *Revolução Americana* (a mesma que, em grande medida, foi “copiada” pelos povos europeus muito mais antigos, particularmente os franceses, com sua revolução em 1789), mas, igualmente, que sejam inspiradores de uma permanente *reinterpretação* dos valores democráticos em natural evolução.

Destarte, o que mais aflige a América é, sem dúvida, a absoluta carência de *presidentes* que se mostraram, no período em que residiram na Casa Branca, verdadeiros líderes e que, a seu tempo, lograram mudar a face do país, conduzindo (ou reconduzindo) os destinos da nação e projetando efetivamente o poder nacional estadunidense no cenário internacional. Líderes da estirpe de ABRAHAM LINCOLN (1861-1865: que se afirmou com a vitória na Guerra de Secessão e na consequente manutenção da integridade territorial dos EUA, com a abolição da escravatura e com a imposição do processo de industrialização), WOODROW WILSON (1913-1921: que logrou encerrar a Primeira Guerra Mundial com uma retumbante vitória norte-americana), FRANKLIN ROOSEVELT (1933-1945: responsável pela brilhante estratégia que não somente encerrou o ciclo de multipolaridade de poder global, com a vitória na Segunda Guerra Mundial, mas conduziu os EUA a uma posição hegemônica no cenário internacional) e RONALD REAGAN (1981-1989: que, através de sua doutrina de *contraforça*, venceu a Guerra Fria, restabelecendo a hegemonia global estadunidense).

Não obstante seja cedo reconhecer, neste diapasão analítico, que tem sido constantemente identificado um verdadeiro *hiato* entre a inconcontrastável capacidade militar atual dos EUA vis-à-vis com o tímido (ainda que consistente) crescimento econômico estadunidense que, segundo os mais severos críticos, impediria os EUA de, no futuro próximo, ostentar as condições necessárias para a manutenção, no longo prazo, de seu *poder relativo*, vis-à-vis com a alardeada (porém em forte declínio na linha do tempo) ascensão de natureza *econômica* e sutil (porém sólida e indiscutível) emergência de índole *militar* chinesa, o problema central, - não obstante a constatação objetiva de ordem *econômica* -, continuar a ser protagonizado pela *crise de liderança*, ou seja, pela ausência de *comando político* e pela absoluta falta de uma *estratégia nacional* coerente e corajosa que, com necessária *determinação governamental*, possa conduzir (ou reconduzir) a América ao seu suposto destino de ser e continuar sendo a principal potência político-econômica e militar do planeta.

Curioso observar, neste contexto, a criticável estratégia de BARACK OBAMA, - denotando a sua absoluta ausência de liderança política -, de, em suas palavras, “preparar os EUA para um novo mundo multipolar” em que a América deixará (de forma aparentemente irreversível, como também se supunha durante o governo JIMMY CARTER), de ser a potência dominante e hegemônica.

Por efeito conclusivo, tal como no passado recente, somente restou uma única alternativa viável à nação estadunidense: a conscientização do *povo americano* quanto ao seu lamentável equívoco de ter, reiteradas vezes, conduzido à Presidência da República postulantes a líderes, (não obstante toda a sorte de “boas intenções”) reconhecidamente despreparado para a função. E, ao que tudo indica, não obstante as vozes discordantes que se levantam, esta hipótese restou materializada com a eleição de DONALD TRUMP com seu projeto de “reconstrução nacional” que, muito provavelmente, a exemplo de REAGAN, encerrará a atual (e persistente) crise de liderança (e de prestígio político) estadunidense.

9. Fundamentalismo Religioso e Islamismo Radical

É importante frisar que a expressão (ampla) “fundamentalismo religioso” é, sob o ponto de vista técnico e da correta gramática polemológica, a melhor forma designativa para traduzir o novo tipo de *fanatismo* ínsito nas chamadas Guerras Irregulares de Quarta Geração.

“*Todo fanatismo é estratégia para impedir que a dúvida se torne consciente.*”
(HARRY WILLIAMS, 1919-2006, teólogo inglês)

“*Do fanatismo à barbárie não há mais do que um passo.*” (DENIS DIDEROT, 1713-1784, filósofo, escritor e crítico de arte francês)

Ainda assim, forçoso reconhecer que a expressão (particular) Jihadismo Islâmico Radical (ou simplesmente Islamismo Radical) acabou por se consolidar na literatura especializada, tornando *generalizante* o que, em essência, é apenas uma *especificidade* (ou modalidade).

10. A Concepção Estadunidense Fundamentada na Doutrina dos Denominados Pais Fundadores

Os denominados Pais Fundadores, - ou seja, os líderes políticos estadunidenses que assinaram a Declaração de Independência (1776) ou participaram da Revolução Americana (como líderes dos Patriotas) e que, em parte, participaram da redação da Constituição Americana 11 anos mais tarde (os chamados “Pais Criadores”) -, segundo magistério de TIMOTHY SNYDER (*Sob a Tirania*, Cia das Letras, 2017), “*eram céticos sob a natureza humana*”, posto que sempre olharam, sob a ótica histórica, desde os primórdios e, em particular, com foco no Império Romano (ainda que sem expressamente considerar a sua natureza originária *teocrática*) e através de suas características realizadoras e impulsionadoras de *tiranias e oligarquias*; “*enxergaram, portanto, a democracia (tanto como concepção construtiva da soberania quanto como regime político) como o melhor sistema*” para o desenvolvimento humanístico (bem como socioeconômico e, particularmente, político), tornando simplesmente funcionais as ideias originais de MONTESQUIEU (1689-1755) - relativas à diversidade quanto ao exercício do poder político (ainda que historicamente desconsiderasse o Judiciário como um efetivo Poder Político) -, forjando, por fim, a concepção prevalente dos poderes Legislativo e, sobretudo, Judiciário como fiscalizadores do Executivo e de seu correspondente mandatário.

Principais Referenciais Bibliográficas:

ALEXANDER ZHEBIT; De volta a Helsinque - quarenta anos depois, Revista Estudos Políticos, Vol. 6, n. 2, p. 547/577, 2016.

ALFRED MORABIA; *Le gihad dans l'Islam médiéval*. Paris: Albin Michel, 1993.

MARY KALDOR; In Defence of New Wars. In: *Stability*, n. 2 (1), v. 4, p. 1-16, 2013.

MAJID KHADDURI; *War and Peace in the Law of Islam*, Johns Hopkins University, Baltimore, 1958.

NICOLA MELIS; *Trattato Sulla Guerra*. “Il Kitab al-gihad di Molla Hüsrev”. Cagliari: Aipsa, 2002.

REIS FRIEDE; Ressuscitar a Guerra Fria: “Yes, We Can!”, 2016. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/ecos/noticia/22448/Ressuscitar-a-Guerra->

Fria--Yes--We--Can--/> Acesso: 3 de ago de 2018.
RUDOLPH PETERS; *Islam and Colonialism: The Doctrine of Jihad in Modern History*.
Haia: Mouton, 1979.
TIMOTHY SNYDER; *Sob a Tirania*, Cia das Letras, 2017.